

# **Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo particular do Conde da Barca**

*Brazil and Portugal in the Old Regime:  
the private letters as the transmission medium of the Enlightenment culture (1808-1817)  
- an approach to the Count of Barca's private Archive*

Recebido em 15 de abril de 2016. | Aprovado em 08 de maio de 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.319>

*Abel Rodrigues<sup>1</sup>  
Renata Munhoz<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho pretende abordar a correspondência dita particular, entendida como a documentação trocada no nível pessoal e sem a tramitação burocrática. Essa correspondência será analisada como veículo de transmissão das ideias, contextualizadas no ideário iluminista e compreendidas como elemento determinante para o progresso material e civilizacional no crepúsculo do Antigo Regime, entre Portugal e Brasil. A partir do Arquivo do Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo (1754-1817), Diplomata e Ministro, em Portugal e no Brasil, outrora viajante pela Europa ilustrada, tentamos reconstruir as redes de sociabilidade que contribuíram para o avanço do conhecimento e modernização do Estado.

**Palavras-chave:** Brasil; Portugal; Antigo Regime; Iluminismo; Conde da Barca.

**Abstract:** This paper intends to study the private archive of the Count of Barca. The private letters should be understood as the documentation exchanged on a personal level, without the bureaucratic procedures. This private written communication will be considered as a vehicle for the transmission of ideas based on the Enlightenment. What is more, the letters will be presented as a determining element for the material and civilizational progress in the Old Regime twilight, between Portugal and Brazil. This paper deals with the historical character António Araújo de Azevedo (1754-1817), Diplomat and Minister in Portugal and Brazil, who had travelled to the illustrated Europe. Some aspects of his private archive, the Count of Barca Archive, will be explained in order to reconstruct the social networks that contributed to the advancement of knowledge and modernization of the Portuguese State.

**Keywords:** Brazil; Portugal; Old Regime; Enlightenment; Count of Barca.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade do Minho. Foi bolseiro do Governo Regional da Madeira e da Fundação Berardo. Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, pela mesma Universidade. Diplomado com o Curso de Especialização em Ciência da Informação (variante Arquivos), pela Universidade Portucalense-Infante D. Henrique. Foi Técnico Superior do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho (2000-2009) e Responsável pelo Arquivo da Fundação da Casa de Mateus (2009-2015). É actualmente Coordenador do Centro de Documentação e Investigação em Cultura Arquitectónica da Fundação Instituto Marques da Silva/ Universidade do Porto. [abel.roiz@gmail.com](mailto:abel.roiz@gmail.com).

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciada em Letras Português / Alemão pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (2006), Mestre (2009) e Doutora (2015) em Filologia, Língua Portuguesa / Linguística pela mesma Universidade. Foi bolsista do Fundo Sasakawa e da Capes. Atuou como Professora de Língua Portuguesa em colégios na rede particular de ensino de São Paulo por dez anos. Actualmente, pesquisa nas áreas de Filologia e Análise do Discurso e atua como Professora visitante em cursos de formação docente na área de Letras. [renatamunhoz2000@yahoo.com.br](mailto:renatamunhoz2000@yahoo.com.br).

## Introdução

António de Araújo de Azevedo, 1.º Conde da Barca (1754-1817), foi tudo ou quase tudo que se poderia ser no seu tempo. Tendo sido um dos homens de confiança de D. João VI, desempenhou funções como diplomata na Haia (1787-1801), em Paris (1795, 1797, 1801), em São Petersburgo (1801-1802); foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1806), Ministro do Reino e Assistente ao Despacho do Gabinete (1806-1808), em Portugal; Conselheiro de Estado (1807-1817); e Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1814-1817). Entre 24 de Janeiro de 1817 e o dia do seu falecimento, em 21 de Junho do mesmo ano, foi Ministro do Reino, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Assistente ao Despacho e da Marinha e Domínios Ultramarinos, no Brasil.

Mas foi, antes de mais, um “Homem de Letras”, um homem do Iluminismo, que aplicou a Razão em todos os domínios da vida humana, procurando construir um conhecimento eminentemente útil e prático. Durante as suas viagens pela Europa, entrou em contato com as variantes do movimento Ilustrado – nomeadamente com o *Enlightenment*, as *Lumières* e o *Aufklärung* – ao mesmo tempo em que a Revolução Francesa principiava a exterminá-lo na guilhotina.

Cosmopolita, pragmático e profundamente instruído, contactou com grandes vultos do seu tempo, tais como Joseph Banks, Johann Wolfgang von Goethe e tantos outros. Construiu e participou ativamente em redes de comunicação e de sociabilidade (ainda que elitistas), que permitiram a difusão do conhecimento e a sua aplicação prática (ou pelo menos uma tentativa de aplicação prática) nos sucessivos contextos em que se encontrava. Mesmo durante a sua permanência no Brasil (1808-1817), não deixou de manter contato com os seus correspondentes europeus, trocando vasta e densa epistolografia sobre diversos temas do quotidiano (fossem eles políticos, culturais ou econômicos), no sentido de absorver e de transmitir o conhecimento e de transformá-lo no tão desejado “progresso”.

O seu arquivo reveste-se, por isso, de um significado especial, pois mantém a memória cristalizada de um tempo comum e de um contexto específico, partilhado entre Portugal, a Europa e o Brasil.

### 1. António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca (1754-1817): sinopse biográfica

Nascido em 14 de Maio de 1754, na Casa de Sá, termo de Ponte de Lima, no Norte de Portugal, António de Araújo de Azevedo era filho de António Pereira Pinto de Araújo de Azevedo Fagundes, Fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Marqueza Francisca de Araújo.

Pouco se conhece sobre a sua formação. Sabe-se que, ainda jovem, terá sido acompanhado pelo tio António Luís – o *Sábio mentor* – de que fala Mendo Trigo, que o acolheu no Porto e o protegeu. No Porto, ter-se-á dedicado ao estudo da língua grega sob os ensinamentos do mestre Tomás Delany, professor que granjeava boa fama pelo método de ensino e pelos exames ministrados aos seus alunos no Colégio de São Lourenço<sup>3</sup>. Na verdade, Delany estendeu a sua actividade como professor régio para além dos anos de 1773<sup>4</sup> e 1778<sup>5</sup>. O colégio de São Lourenço<sup>6</sup> pertenceu aos Jesuítas até 1759, data em que foi incorporado na Universidade de Coimbra. Aí, o jovem Araújo terá frequentado as disciplinas impostas pelo alvará de 1759 como o Latim, base de toda a formação escolar, o Grego, ambas ministradas seguindo o *epitome de Port-Royale*<sup>7</sup>, a que se juntava, ainda, o Hebraico e a Retórica. Refira-se que a frequência e o aproveitamento das duas primeiras disciplinas viriam a ser necessárias para a entrada no curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, criado pela reforma pombalina<sup>8</sup>.

Ainda no Porto, Araújo teria adquirido a matriz iluminista e alimentado o desejo de seguir os estudos superiores, ao frequentar a disciplina de Filosofia Racional, a qual era já ministrada no primeiro ano do curso

<sup>3</sup> Ver Silva (1908, p. 366); Ver “a notícia de um acto público de língua grega com o professor régio Tomás Delany”, aqui também equivocadamente apresentado como “Tomás Daly” em Ribeiro (1871, p. 237).

<sup>4</sup> Ver Gomes (1982, p. 52-53).

<sup>5</sup> Ver *Idem*, p. 75.

<sup>6</sup> Não encontramos referências de maior relevo sobre o colégio de São Lourenço, apesar de se saber da existência do trabalho de síntese, que continua inédito, apresentado para as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica de Martins (1986). Sobre o edifício, ver Freitas [s.d.].

<sup>7</sup> Ver Ribeiro (1871, p. 236).

<sup>8</sup> Carvalho (1996, p. 478-479); Ribeiro (1871, p. 242).

filosófico coimbrão<sup>9</sup>. Foi provavelmente em 1772 que António de Araújo, *movido pelo atractivo das Ciências Naturaes*<sup>10</sup>, passou à cidade do Mondego, em cuja Universidade frequentou, em regime de voluntariado, o primeiro ano do curso Filosófico, a grande inovação do ensino do século, cuja introdução e dinamização em Portugal se ficara a dever aos Padres do Oratório no Colégio das Necessidades em meados da década de quarenta<sup>11</sup>. Aliás, a passagem de Araújo pela Universidade não pode ser anterior a 1772, pois é a reforma deste ano que vai criar a Faculdade de Filosofia em substituição da das Artes<sup>12</sup>. Apesar de não termos encontrado o assento da sua matrícula, a presença de António de Araújo em Coimbra parece ter-se verificado de fato, à vista do *Diário da Visita de Pombal a Coimbra*, existente na sua livraria particular, em que descreve pormenorizadamente a estadia do governante naquela cidade entre Setembro e Outubro de 1772<sup>13</sup>. Interrompida a sua passagem fugaz por Coimbra, por motivos que hoje ainda se ignoram, Araújo regressa ao Porto e dedica-se ao estudo das ciências Matemáticas e das Históricas, em que alcançou *huma vastíssima erudição*, e a outros ramos do saber a que se chamavam “Belas Letras”. Apesar de, aparentemente, não ter concluído os seus estudos superiores, o certo é que no seu regresso a Ponte de Lima, adquiriu um imenso protagonismo.

António de Araújo cedo ingressou na vida pública. Em 1779, e imbuído pelo espírito da época, concorreu, de uma forma singular, para a criação da *Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público*, em Ponte de Lima, que imbuída dos preceitos iluministas de Puffendorf<sup>14</sup>, Wolff<sup>15</sup>, dos Enciclopedistas<sup>16</sup>, de Verney<sup>17</sup> e de Genovesi<sup>18</sup>, entre outros, pretendia promover a indústria, a agricultura e o comércio locais. Aqui iniciam-se as suas ligações com o erudito Abade Correia da Serra, na altura secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, e com o duque de Lafões, fundador da referida Academia e principal patrocinador das iniciativas científicas e literárias em Portugal e, assim, protetor dos autores de mérito nos domínios das Letras, das Ciências e das Artes.

Seria, precisamente, o duque de Lafões que, reconhecendo as suas qualidades, obtém a sua nomeação, em 1787, para Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Haia, onde se demoraria dez anos e assumiria o papel de protector de grande parte dos portugueses que se encontravam dispersos por toda a Europa, em um período de grandes convulsões políticas associadas ao expansionismo francês do “Terror”.

Mais tarde, e após as negociações de 1797 em Paris, para onde fora na qualidade de Enviado Extraordinário de Sua Alteza Real, tendo em vista o estabelecimento da Paz com a França de Napoleão, António de Araújo é encarcerado, por três meses, no Templo, devido à não ratificação do tratado pelo governo português. Após este incidente, que lhe valeu a fama internacional, solicitou a dispensa do serviço régio e encetou uma viagem pela Alemanha, onde, durante dois anos, frequentou os grandes centros culturais e confraternizou com as mais ilustres personalidades de então, como Goethe e o astrónomo Zach, entre muitos outros. Estudou Mineralogia com Werner e Charpentier, Química com Scherer e Botânica com Willdenow.

Em 1801, é nomeado para a Corte São Petersburgo onde granjeia a amizade dos mais altos responsáveis. Em 1802, encetou a viagem rumo a Lisboa para sobraçar a pasta de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, tendo sido nomeado diretamente por D. João, Príncipe-Regente, que lhe dedicava sincera afeição. Neste período, e até 1807, António de Araújo, para além do numeroso trabalho ministerial que o ocupava, desenvolve ações nos domínios das Artes, das Letras e das Ciências, como são os casos da defesa de “Os Lusíadas” contra a crítica de La Harpe, dos estímulos dados ao botânico Félix de Avelar Brotero para terminar a sua

<sup>9</sup> Ver Carvalho (1996, p. 479).

<sup>10</sup> Ver Stockler (1799, p. 16).

<sup>11</sup> Ver Dias (1953, p. 360); Santos (1982, p. 285-322).

<sup>12</sup> Ver Carvalho (1996, p. 466).

<sup>13</sup> Ver ADB/UM – SIFAA/ Ms. 895.48.

<sup>14</sup> Samuel Puffendorf (1632-1694) foi um teórico alemão da corrente jusnaturalista, cujas obras sobre o Direito influenciaram profundamente a Europa e foram, inclusive, adotados como manuais na Universidade de Coimbra.

<sup>15</sup> Christian Wolff (1679-1754), discípulo de Leibniz, defensor do deísmo, foi um filósofo e matemático alemão que contribuiu decisivamente para uma sistematização mais rígida e formal do racionalismo moderno. Conselheiro de Pedro, o Grande, entre 1716 e 1725, ajudou a fundar a Academia de Ciências de São Petersburgo.

<sup>16</sup> Os enciclopedistas são os mentores da *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* [...], publicada entre 1751 e 1772: Denis Diderot (1713-1784), Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) e, ainda, Montesquieu (1689-1755), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Buffon (1707-1788) e o barão d'Holbach (1723-1789), Condillac (1715-1780) e Voltaire (1694-1778).

<sup>17</sup> Luís António Verney (1713-1792), frequentemente identificado como o “Frade Barbado”, pertencia à Congregação do Oratório e foi um dos “ideólogos” do iluminismo português com a obra “Verdadeiro Método de Estudar” (Valença, 1746), que serviu de mote à reforma do ensino em Portugal empreendida pelo Marquês de Pombal.

<sup>18</sup> António Genovesi (1712-1769) foi um filósofo italiano que se dedicou ao estudo da Economia, tendo as suas obras colhido larga aceitação entre as elites ibéricas.

“Phytographia Lusitanae Selectior” e da tentativa que empreendeu para estabelecer um Jardim Botânico junto ao Colégio dos Beneditinos da Estrela.

Em Dezembro de 1807, parte para o Brasil, juntamente com a Corte portuguesa, por força da entrada em território nacional dos exércitos de Napoleão, tendo levado consigo a sua preciosa livraria, a coleção de estampas, a coleção mineralógica adquirida na sua passagem pela Alemanha, e uma tipografia encomendada em Londres, que seria a primeira a existir no Rio de Janeiro, na Rua do Passeio.

Chegado ao Rio de Janeiro, em 6 de Março de 1808, pede dispensa do exercício do cargo ministerial que ocupava e inicia uma série de empreendimentos culturais e científicos que visavam fazer daquela cidade a capital digna de um grande império. Dentre as suas mais importantes realizações, contam-se, no campo cultural, os esforços empreendidos para a criação de uma Biblioteca Pública, de Museus e de uma Academia de Belas Artes; enquanto no contexto científico, onde desde sempre havia desenvolvido uma exemplar dedicação, são dignos de realce a montagem de um laboratório para a preparação de medicamentos, que rapidamente se transformou em Escola de Química e de Farmácia, a instalação de uma fábrica de porcelanas e os ensaios de manipulação, efetuados nos Real Jardim de Lagoa de Freitas, de uma enorme variedade de plantas indígenas e estrangeiras à qual deu o nome de *Hortus Araujensis*. Estabeleceu, ainda, um engenho de serrar madeira, na capitania de Porto Seguro, e um alambique de sistema escocês em sua casa. Foi, também, o responsável pela introdução da primeira máquina a vapor em território português.

Em 1814, é, novamente, chamado para o Governo, mais precisamente para liderar o Ministério da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, dirigindo, desta forma, o império português que, na altura, se estendia desde as Américas até aos confins do continente asiático. No desempenho destas funções, testemunhou e, ao que tudo indica, colaborou na elevação do *Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarves*. Acumularia este cargo com as restantes pastas ministeriais a partir de 24 de Janeiro de 1817 até 21 de Junho de 1817, data da sua morte. Em todos os momentos da sua vida mereceu a confiança do Príncipe-Regente, futuro D. João VI, o que deixou bem testemunhado neste acervo.

## O Arquivo

### 1.1 - A salvaguarda da memória<sup>19</sup>

A 21 de Junho de 1817, faleceu na chácara do Bom Retiro, no Rio de Janeiro, António de Araújo de Azevedo, conde da Barca, Conselheiro de Estado, Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e interino das restantes Secretarias de Estado.

Três dias antes, tinha declarado as suas últimas vontades num testamento, muito sucinto, realizado *em três meias folhas*, no qual nomeou para seus testamenteiros com livre e geral administração de todos os bens o conselheiro José Egídio Álvares de Almeida, secretário particular de D. João VI, e o desembargador José Duarte da Silva Negrão Coelho, por ambos terem dado *prova de verdadeiros amigos no decurso de muitos anos*.

Por se ter conservado sempre no estado de solteiro, António de Araújo não tinha *herdeiros forçados* e, como tal, instituiu por herdeiro universal o seu irmão João António de Araújo de Azevedo, Conselheiro da Fazenda, que, no momento, se encontrava no Brasil. No testamento consignou-lhe o direito de *imediatamente requerer a El Rey Nosso Senhor qualquer remuneração que seja servido* em razão dos cerca de trinta anos de serviços prestados à Coroa.

Como a maioria dos homens de Estado portugueses do seu tempo, o conde da Barca morreu *quasi pobre*, deixando como *bens principaes* no Rio de Janeiro uma casa à Rua do Passeio, alguns bons quadros e sua livraria, duas vezes preciosa, *por seu inestimável valor litterario, e esses mesmos sujeitos a dívidas na importância de rs. 10.161\$994*.

João António tinha viajado para o Rio de Janeiro, em 1815, provavelmente, a pedido de seu irmão, que nesse ano tinha visto o seu estado de saúde agravar-se ou, então, com o propósito de fazer acelerar o deferimento de alguma súplica pendente na Corte. Independentemente das razões que motivaram esta viagem, o papel do Conselheiro viria a ser crucial na salvaguarda da “memória” do conde da Barca, ou seja, do seu arquivo e da sua livraria particular.

<sup>19</sup> Ver Rodrigues (2006, p. 63-97) e as referências bibliográficas lá citadas.

Logo em 1817, viu-se na necessidade de proceder ao inventário dos bens e dívidas herdadas no sentido de assegurar o futuro e o engrandecimento da Casa de Sá, que agora era sua. Vendida a Casa da Rua do Passeio, morada do Conde da Barca no Rio de Janeiro, as suas atenções viraram-se para o arquivo, verdadeiro repositório das múltiplas e sucessivas actividades de Barca e, naturalmente, para a livraria. Conhecedor do valor probatório da informação que o arquivo encerrava e da sua influência para a Casa, optou pela sua conservação no seio da família. A sua primeira medida, ainda no Brasil, foi a de compulsar toda a documentação, e muito particularmente a correspondência particular, com o intuito de proceder a um recenseamento dos bens adquiridos e/ou vendidos e, também, de obter um conhecimento factual dos serviços prestados que fossem passíveis de remuneração régia. É frequente encontrarem-se nos documentos de carácter pessoal, como cartas e outros pequenos apontamentos, várias anotações nas margens sobre os autores e o teor do próprio documento. Deste procedimento terá resultado o requerimento que dirigiu a D. João VI no qual alegou que o conde *deixou ao supplicante os seus serviços, para que pudesse requerer imediatamente qualquer remuneração, que V. Magestade fosse servido conferir ao supplicante, impondo-lhe o ónus de dar anualmente do útil dessa remuneração duzentos mil réis a cada uma das suas cinco Irmãs, durante a sua vida*. Como tal, em 1820, João António recebia a mercê de uma vida na comenda de São Pedro do Sul, que agora como vinte anos antes, vinha enriquecer o património familiar. Verificou-se, assim, uma primeira recuperação e utilização objectiva daquela informação que foi sendo produzida por Barca ao longo da sua vida, a qual proporcionou a celebração de um compromisso entre o passado (os serviços prestados por um membro da família) e o futuro (a subsistência da Casa).

Por outro lado, perante as dificuldades óbvias do herdeiro, a livraria particular de Barca, riquíssima pelo seu valor informativo, não podia trazer nenhuma mais-valia à causa a não ser pelo dinheiro a ser arrecadado através da sua alienação. Desse vasto conjunto de livros, composto por mais de 7.000 volumes, o conselheiro João António optou por conservar cerca de 400, tendo providenciado, logo de seguida, a catalogação dos restantes que seriam levados a leilão, em 1819, pelo valor de 15.620\$1800 13. Perante o seu inquestionável valor, D. João VI ordenou ao Padre Joaquim Dâmaso, bibliotecário da Biblioteca Régia da Corte do Rio de Janeiro, que se apresentasse no local e que arrematasse a livraria num único lote. Assim, aquela livraria que António de Araújo de Azevedo fora compondo pacientemente desde o seu ingresso na carreira diplomática era agora incorporada na Biblioteca Régia que via, assim, o seu núcleo inicial substancialmente enriquecido.

### 1.1.1 - O regresso do arquivo à Casa de Sá

Tratados que estavam os bens do conde no Brasil, João António empreendeu, por volta de 1822, o regresso a Portugal e à Casa de Sá, em Ponte de Lima, trazendo consigo o arquivo do irmão e apenas 400 obras. A “memória” do conde da Barca era, assim, reincorporada na Casa de Sá e reunida aos “papéis” dos seus Maiores onde permaneceu durante os 80 anos subsequentes.

Depois da morte do Conselheiro João António, a 16 de Junho de 1823, sucedeu na Casa de Sá o seu sobrinho António de Araújo de Azevedo Pereira Pinto, que manteve unida a totalidade dos bens de família, impedindo a sua fragmentação mesmo depois da extinção definitiva dos institutos vinculares por decreto de 19 de Maio de 1863.

O momento marcante do percurso deste conjunto documental ocorreu por volta de 1908 ou 1909, altura em que o mesmo deixa de pertencer à sua entidade produtora, a Família Araújo de Azevedo, para passar para as mãos de uma entidade estranha à produção da informação que ali estava encerrada. A circunstância marca, obviamente, uma transmutação na finalidade com que se passou a aceder àqueles documentos. Ora, a partilha dos bens familiares, ocorrida em 1879, foi o acto final de um longo processo, com mais de quatrocentos anos, em que a família foi constituindo e estruturando um arquivo no sentido de legitimar os seus actos e de providenciar um engrandecimento da Casa. A partir de agora o arquivo passava a deter um único interesse: o histórico.

Foi então que emergiu a figura do Dr. Manuel José de Oliveira, republicano convicto, erudito e bibliófilo, que adquiriu o arquivo da Casa de Sá aos descendentes da Marquesa Margarida e de José Mimoso, a quem assistia como médico em Ponte de Lima.

Os “papéis” do conde da Barca, o membro mais ilustre daquela família, possuíam um inegável interesse para o estudo do crepúsculo do Antigo Regime e, principalmente, para o estudo da Guerra Peninsular, cujo primeiro centenário se comemorava em 1908. Aliás, é de crer que o ciclo de Comemorações, ou das “ritualizações da História” como lhe chamou Fernando Catroga, teve alguma influência na decisão de Manuel Oliveira em adquirir o conjunto documental, como adepto que era de uma renovação historiográfica fundamentada nos

pressupostos positivistas. A sua devoção à análise documental como validação do conhecimento histórico e da busca de uma causalidade directa do facto histórico comprova-se pela aquisição que fez, não só, deste conjunto documental, como também do arquivo dos velhos senhores donatários de Ponte de Lima e, ainda, de um conjunto de cartas que haviam pertencido a Francisco José Maria de Brito, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, secretário e amigo do conde da Barca.

A sua biblioteca era, bem à maneira dos eruditos do seu tempo, um espaço de trabalho, um “laboratório” destinado a possibilitar o surgimento de um conhecimento do passado com um cunho marcadamente nacionalista. Segundo Francisco de Magalhães *era rica, na qualidade, a inestimável biblioteca, formada por milhares de volumes* de Literatura Moderna, Medicina e História, que Oliveira partilhava com amigos como Artur Araújo e Maximiliano Lemos, respectivamente seu colega e professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Contudo, Manuel de Oliveira usufruiu pouco tempo da sua livraria particular pois veio a falecer, precocemente, a 6 de Janeiro de 1918, na casa de sua irmã no largo da Senhora-a-Branca em Braga *quando sinais havia a esperar do seu talento de polígrafo e de cientista*. A “Coleção Oliveira” foi, então, adquirida nos anos vinte pela Câmara Municipal de Braga pelo preço de 250.000\$0.

### 1.1.2 - A aquisição da “Coleção Oliveira” pela Câmara Municipal de Braga e a sua entrada no Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Braga

A recepção da “Coleção Oliveira” na Câmara Municipal de Braga parece não ter sido pacífica. Na verdade, comentava-se, já há algum tempo, a *má aquisição* feita pelo Presidente, até que, na sessão de 30 de Janeiro de 1925, o vereador António Ferreira de Almeida usou da palavra para criticar a *compra que esta câmara fez da livraria que foi do falecido Doutor Manuel d’Oliveira, propalando-se que [...] fez mal em adquirir tal livraria* atendendo a que a mesma *se compõe apenas de livros de medicina sem valor algum, devendo a quantia por que ela foi adquirida ser aplicada em obras da cidade*.

O Presidente da Instituição esclareceu, então, que a referida livraria não possuía quaisquer espécies de medicina e que o seu valor era inquestionável, conforme o comprovava o interesse constante de livreiros de Lisboa. Além disso, se a Câmara Municipal de Braga não tivesse avançado para a compra *duvida alguma há que ela seria comprada pela Câmara do Porto perdendo-se, assim, a oportunidade de adquiri-la nas melhores condições como, na realidade, acontecera*.

Todavia, a livraria Oliveira continuou com a autorização necessária do Ministério da Instrução Pública, de quem dependia o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública de Braga e foi, provavelmente, em 1926 que se promoveu a permuta.

## 1.2 - Descrição do acervo

O Arquivo do Conde da Barca apresenta-se como sendo um espelho da sociedade pré-romântica, como um retrato poliédrico do período de charneira entre o Antigo Regime e o Liberalismo, e de onde ressaltam os traços da elite cultural e política portuguesa, brasileira e europeia<sup>20</sup>.

Trata-se de um acervo bem conhecido de historiadores e investigadores em geral, não só pela profusão documental que encerra em si, como também pelo fato de se assumir enquanto fonte primária, que permanece maioritariamente inédita e, por isso, passível de trazer novos dados sobre os grandes acontecimentos que nortearam a conduta das massas coetâneas<sup>21</sup>.

O acervo testemunha os interesses do Conde da Barca, enquanto proprietário, diplomata e ministro, e revela, em simultâneo, o seu apego às novidades culturais e técnico-científicas, muitas vezes “importadas”, e que permitiram ao império português permanecer na vanguarda do conhecimento entre os finais do século XVIII e os princípios do século XIX. Composto por cerca de 6.000 documentos, distribuídos por 55 caixas, versa temas que podem ser genericamente identificados da seguinte forma:

<sup>20</sup> O Arquivo pertence hoje ao Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, disponível on-line no seguinte endereço: <<http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1408708>>. Acesso em 14 abr 2016.

<sup>21</sup> Ver sobretudo Rodrigues (2008; 2007, p. 85-133; 2006, p. 63-97; 2004, p. 61-171). E também Capela (1991/1992); Chaves; Lamego; Fernandes (1997, p. 71-84).

**1. Administração da Casa de Sá** e de outros bens pertencentes ao Conde da Barca, bem como uma parte substancial do arquivo familiar. Aqui pontificam, também, os arquivos pessoais dos seus irmãos, o Juiz Desembargador João António<sup>22</sup>, António Fernando (Abade de Lóbrigos) e o Marechal de Campo Francisco António; a série de cartas de Francisco José Maria de Brito, secretário pessoal do Conde da Barca aquando da sua missão nos Países Baixos; e ainda o Arquivo de Tomás Vicente Cabeças de Sousa, limiano que faria doação ao Conde da totalidade dos seus bens.

**2. Portugal:** por um lado, a política interna evidenciada na documentação relacionada com as suas ocupações ministeriais e de onde sobressaem os maços de legislação, recolhida e produzida, além de diversos assuntos militares, nomeadamente as “Invasões Francesas” e a partida da corte para o Brasil. Por outro lado, a política externa que engloba a correspondência oficial recebida de príncipes e ministros estrangeiros, entre outros. Neste subgrupo, caracterizado pela intensa actividade diplomática e ministerial de António de Araújo, ganham especial relevo os tratados – celebrados com as grandes potências mundiais de então, casos da Inglaterra, da Espanha, da Rússia e sobretudo da França – e também os copiadoreiros dos ofícios expedidos e recebidos no exercício das suas funções.

A documentação referente à diplomacia ganha especial relevo, podendo contribuir para uma análise mais exaustiva nas negociações que o reino português manteve com as potências europeias de então e onde António de Araújo de Azevedo se assumiu como um dos seus principais protagonistas.

No plano da política interna portuguesa, a evolução das instituições governativas encontra-se largamente documentada, podendo-se testemunhar os pareceres, as decisões ministeriais, a legislação promulgada e sobretudo a organização militar de um reino que, apesar de assumir a sua neutralidade, foi alvo do movimento expansionista do império de Napoleão durante o período compreendido entre 1807 e 1812, ou seja, do fenómeno a que genericamente designamos por “Invasões Francesas”.

**3. Brasil:** é composto, essencialmente, por documentos relativos à política, à economia e à sociedade brasileiras no período entre 1808 e 1817, data da morte do Conde da Barca, e no qual o Brasil lançaria as bases rumo à independência, conhecendo um elevado ritmo de desenvolvimento, que pode também ser explicado pela sua condição de sede do governo e centro de poder.

A série documental com interesse para a história do Brasil colonial, que paulatinamente se preparava para assumir a sua condição de reino independente, é vasta. São dignos de referência, entre muitos outros, os tratados de comércio com a Inglaterra (1809-1810); as cartas e proclamações régias do Príncipe-Regente para o governo e povos de Portugal; os maços que contêm assuntos militares e que ganham relevo se tivermos em conta que neste período o Brasil delimitava as suas fronteiras definitivas; os requerimentos, mercês e atestados; a legislação; as memórias estatísticas da população de grande parte das capitâncias, bem como da sua produção, rendimento e despesas; as memórias económicas e científicas, onde estão agrupados os escritos sobre as minas, os roteiros, os itinerários e as descrições de sertões, costas, rios e barras de rios, e, ainda, sobre a abertura de estradas, sobre estabelecimento do correio geral; e as memórias relativas ao estudo de produtos indígenas.

**4. Correspondência recebida**, onde pontificam nomes bem conhecidos do mundo não só da política, como também das artes, das letras, e das ciências, num total de 1.900 documentos provenientes de cerca de 490 remetentes. Trata-se de uma série onde figuram os correspondentes que António de Araújo foi construindo ao longo da sua vida. Os autores, dos mais variados quadrantes sociais do panorama nacional e internacional, partilham, em discurso direto, as suas ilações, os seus testemunhos, mas também as suas instruções e interrogações, num modelo que oscila, permanentemente, entre o oficial e o particular. Constitui, por este fato, uma fonte de conhecimento paralela e complementar à documentação oficial existente.

**5. Memórias literárias e científicas** recolhidas por António de Araújo, desde as primeiras viagens pelas diferentes capitais europeias da cultura, cujo ritmo de aquisição não abrandaria com a sua partida para o Brasil, com as remessas feitas pelos seus colaboradores e correspondentes.

**6. Iconografia:** é composto por um conjunto de raras estampas, litografias e mapas.

---

<sup>22</sup> João António de Araújo de Azevedo (1764-1823), fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, formou-se em Cânones na Universidade de Coimbra, tendo sido, sucessivamente, juiz de fora da vila de Viana do Castelo, provedor da comarca de Coimbra, Conselheiro da Real Fazenda, desembargador efetivo da Relação do Porto e, finalmente, desembargador ordinário da Real Fazenda. V. ADB-SIFFA/ SSC 08.02 (RODRIGUES, 2007).

## 2. O “Homem de Letras” e os ideais do Iluminismo na cultura escrita

Como cernes da proposta iluminista, os princípios racionalistas e o consequente rebaixamento do dogmatismo caracterizavam o saber como uma forma de poder. Em Portugal, apesar do cerceamento promovido pelas censuras da Inquisição, “assistiu-se a uma inquietude no campo das ideias políticas, morais e religiosas” (VILLALTA, 2009, p. 523) no final do século XVIII. Essa inquietude de ideias levou os pensadores a confrontarem as ideologias correntes em Portugal com as propostas importadas das nações vizinhas.

Tais propostas apoiavam-se nomeadamente na sistematização do saber, cuja primeira concretização foi a *Cyclopaedia or an Universal Dictionary of Arts and Sciences*, editada em 1728 em Londres por Efraim Chambers. De acordo com Teixeira (1999, p. 168), dessa obra inglesa teria derivado a *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, de Diderot e D’Alembert em 1751, em Paris. A postura enciclopedista, derivada do Empirismo de Francis Bacon, foi base à transmissão dos ideais iluministas por meio da escrita.

Em Portugal, a filosofia de John Locke aplicou-se por três conceitos principais: a verdade, a razão e a natureza. Pelo princípio da “verdade”, contraria-se a tradição das ideias inatas em que se apoia a filosofia de Platão, “presente tanto na Escolástica quanto em Descartes ou em Leibniz” (TEIXEIRA, 1999, p. 170), ao conceber que a verdade consiste na associação semiótica de ideias (representações mentais de todas as coisas) e palavras (representações verbais das ideias). Por “razão”, entende-se a clareza com que se transmite o discurso. Já por “natureza”, a posição intermediária do ser humano em relação ao mundo celeste da divindade e o inferior, dos demais seres vivos.

Dentro das ideologias católica e monárquica absolutista, vigentes em Portugal no final do século XVIII, o estudo dos conceitos de Locke era indicado apenas aos homens já estabelecidos moralmente, nunca aos que ainda estivessem em formação.

O conhecimento intelectual passou a configurar-se como o principal patrimônio humano. De maneira metalinguística, os saberes construíam-se e propagavam-se por meio dos escritos produzidos e destinados a outros letrados. A cultura escrita representava, portanto, fonte propagadora dos ideais da iluminação.

Dado o caráter abrangente da escrita, os textos com fundamentação iluminista difundiram-se na sociedade coeva, de modo a alterar valores e ideologias, mesmo que de maneira sutil. Como exemplo, serão analisados textos de circulação privada que abordam conteúdos notadamente pragmáticos e que contêm a ideologia iluminista.

Intimamente vinculado ao sistema de governo vigente, com cargo de notável destaque, o conde da Barca configurava-se como um livre pensador, com ideologia atrelada aos ideais da iluminação. De maneira muito bem articulada, conjugava a manutenção dos interesses do Estado português com as influências das novas ideias dos enciclopedistas.

A circulação das correspondências pressupõe, além da importância do autor, a de seus destinatários, igualmente cultos. Vale lembrar que enquanto prática distinta, ainda que complementar à escrita, a leitura pressupunha também “ [...] um refinamento intelectual, um polimento adquirido pelo estudo em seminários ou universidades.” (ANTUNES, 2009, p. 263). Os registros de outrora não permitem o estudo pormenorizado das formas de recepção dos textos manuscritos em análise, se não por meio desses próprios registros. Além da identificação do interlocutor, grafada nas missivas por seus autores, pode haver raras notas marginais que revelariam a leitura. Apesar da intangibilidade da esfera da recepção, a correspondência particular aqui analisada tem sua inovação vinculada mormente a sua função prática. Nesse sentido, destaca-se o papel social de seus destinatários: não se tratava de personagens meramente cultos, a quem o conhecimento teria função apenas de desenvolvimento cognitivo pessoal. A cultura teria necessariamente de ser aplicada em prol de suas ações profissionais. Eram figuras públicas, como governadores de capitanias, diplomatas, ministros, padres, mineralogistas, ou até mesmo cidadãos comuns, que aplicavam o conhecimento das Letras a alguma atividade pragmática.

A transmissão de conhecimento configurava-se, portanto, por uma postura erudita para fins pragmáticos, com “um deslocamento das Belas Artes para o utilitarismo iluminista, que se apropriaria do método filológico, antes preponderante, para submetê-lo aos imperativos de uma iniciativa intelectual realizada com fins político-administrativos” (SILVA, 2006, p. 118).



O meio acadêmico era apresentado, então, como um espaço de socialização próprio à elite, não estando, contudo, a atividade literária circunscrita aos limites de instituições acadêmicas.

Ao tratar de uma sociologia da "gens de lettres", Chartier (1996, p. 160) revela o protagonismo das elites tradicionais como ponto-chave desse conceito tão iluminista. A transmissão de cultura dava-se como meio e, por vezes, como finalidade da sociabilização dos letrados. O "homme d'esprit" construía sua rede de relações pela arte da boa conversação em jantares literários e em salões, que frequentavam em sua terra natal e em viagens. Além da oralidade, a circulação epistolar legitimava a pertença aos círculos de uma academia científica. Essa "república dos letrados" (SILVA, 2006, p. 125) contava com o constante embate de posicionamentos que assegurava a manutenção do *ethos* de questionadores do saber, em oposição à postura de assimilação passiva da cultura recebida.

Nesse contexto, erigiam-se as lojas maçônicas, que reuniam membros de diferentes estratos da elite portuguesa e representavam centros de propagação dos ideais iluministas e liberais. Incentivada pela tolerância pombalina, a maçonaria "pôde encontrar melhor indício no Regulamento da Inquisição de 16 de agosto de 1774, confirmado por Alvará régio de 1 de setembro do mesmo ano, no qual se omitia qualquer referência à instituição e aos maçons, com o que desautorizavam as bulas pontíficas de 1738 e 1751" (VILLALTA, 2009, p. 543). Entretanto, D. Maria I voltou a perseguir os maçons como hereges. Apenas em 1802, por intervenção junto ao Príncipe Regente, D. Rodrigo de Souza Coutinho (conde de Linhares), então Secretário de Estado, negociou com os líderes maçônicos Hipólito José da Costa e Joaquim Monteiro de Carvalho o cessar à perseguição. De fato, acredita-se que o próprio D. Rodrigo de Souza Coutinho fosse filiado à maçonaria, bem como outras figuras políticas importantes, como Alexandre de Gusmão, D. Alexandre de Souza Holstein e o próprio conde da Barca. Embora não se possa assegurar a filiação à maçonaria, é possível afirmar que os ideais da iluminação estavam de fato presentes nas sociabilidades do conde da Barca. O viés iluminado reflete-se também em sua atuação administrativa, por meio da qual é possível entrever influências da teoria política francesa apreendida por Voltaire.

Impossível desassociar a figura do conde da Barca da História da Cultura Escrita no Brasil. Podemos entender que essa personagem representou o ponto de contato entre Portugal e sua colônia na América no que diz respeito à difusão da escrita. Isso porque está ligado diretamente à implantação da tipografia no Brasil. Após a viagem de transferência da corte à América, dois prelos e 28 fontes de tipos permaneceram encaixotados no porto de Lisboa. Antônio de Araújo Azevedo, na função de ministro do Exterior, trouxe-os consigo no próprio navio, Medusa, em que migrou à colônia. Como relata Hallewel (2012, p. 111), o conde da Barca instalou o prelo no andar térreo de sua casa na rua do Passeio, 44, no centro do Rio de Janeiro. Mesmo tendo contratado fuzileiros navais e marinheiros com pouca experiência prévia em tipografia em Lisboa, suas obras tipográficas atingiram a qualidade das melhores impressões feitas na Europa. Com tamanha influência na divulgação escrita do Brasil, é certo que a produção manuscrita do conde da Barca apresenta diversos elementos que ajudam a pormenorizar as relações entre Brasil e Portugal.

Assim, estudar documentos pertencentes a um arquivo particular expressa o desejo atual de compreender mais do que as ocorrências do passado, revela o interesse historiográfico corrente de entender mais sobre a esfera humana em que circulou essa documentação. Trata-se do estudo de registros "capazes de gerar modos de pensar o mundo e construir realidades" (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 133). A exemplo de notas autobiográficas, muitas correspondências privadas revelam a tentativa do autor, nas palavras de Philippe Artières (1998, p. 11), de arquivar a própria vida, pondo-se no espelho de modo a contrapor a imagem social à imagem íntima de si mesmo. Seria a construção de si mesmo, de modo a destacar a exemplaridade de sua existência.

Na instância da produção intelectual de um homem de Letras que, conforme Chartier (1996, p. 160), volta-se ao estudo, à leitura e à vida em gabinetes, os hábitos de preservação favorecem a constituição posterior de acervos pessoais. Vale ressaltar, todavia, que além de um homem de Letras e de um Cientista, o conde da Barca personifica o que eram os homens de ação nas vertentes do Iluminismo: aqueles a quem o conhecimento sempre visava uma aplicação prática, nunca apenas o recolhimento meramente teórico.

Segundo Voltaire, no artigo publicado na *Encyclopédie Raisonnée* [...], *Gens de Lettres* é uma designação que

on ne donne point ce nom à un homme qui avec peu de connaissances ni cultive qu'un seul genre [...] la science universelle n'est plus à la portée de l'homme: mais les véritables gens de lettres se mettant en état de porter leurs pas dans différents terrains, s'ils ne ils ne peuvent cultiver tous.

Se partirmos desta premissa, a condição de “Homem de Letras”<sup>23</sup> aplica-se a António de Araújo e o seu percurso de vida, cristalizado no arquivo – especialmente a sua produção literária e científica e, ainda, nos temas debatidos na correspondência particular – demonstra-no inequivocamente.

Na base de toda a sua produção literária e científica, e também da sua ação nos mais variados domínios, estava a valiosa livraria que foi compondo desde os tempos de Haia e cujo ritmo de crescimento *não abrandaria com a sua partida para o Brasil, com remessas feitas pelos seus colaboradores e correspondentes*<sup>24</sup>. No entender de um de seus biógrafos, a livraria *terá sido o primeiro e quase único suporte para a sua vasta erudição*<sup>25</sup>. O catálogo de 1818 demonstra todo o esplendor da livraria de Araújo. A sua desvelada dedicação aos livros fê-lo conceber vários catálogos e conservar uma série de recibos referentes à aquisição de obras, de guias de remessa, mas também de uns interessantes e minuciosos apontamentos de empréstimos de livros. O referido catálogo encerrava a descrição de 6705 volumes distribuídos por seis classes gerais como Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, História Natural, Belas Letras e História<sup>26</sup>. Ali, na sua biblioteca, conviviam harmoniosamente os livros antigos e as obras mais recentes, os códices e as memórias avulsas, as obras impressas e os documentos copiados pelo seu próprio pulso, as grandes coleções e uns ínfimos opúsculos. A sua valiosíssima livraria particular, composta por mais de seis mil volumes, foi catalogada por seu irmão, o Conselheiro João António – que optou por conservar cerca de 400 – e os restantes foram levados a leilão no Rio de Janeiro, em 1819, pelo valor de 16.818\$200. Perante o seu inquestionável valor informativo, D. João VI ordenou ao Padre Joaquim Dâmaso, bibliotecário da Biblioteca Régia da Corte do Rio de Janeiro, que se apresentasse no local e que arrematasse a livraria num único lote. Assim, aquela livraria, que António de Araújo de Azevedo foi compondo pacientemente desde o seu ingresso na carreira diplomática, seria incorporada à Biblioteca Régia que via, assim, o seu núcleo inicial enriquecido<sup>27</sup>.

António de Araújo nunca foi um mero curioso ou dado a *uma erudita e estéril acumulação do saber*<sup>28</sup>. Antes pelo contrário, pertencia ao grupo daqueles que participavam na redefinição do papel do Homem no mundo, que baseavam o seu discurso num conhecimento empírico e eminentemente pragmático conforme era postulado pelo Iluminismo. Demonstrou, desde sempre, uma aptidão para a escrita – muito embora nem sempre tenha publicado os seus trabalhos, talvez por opção ou até pela simples razão da falta de tempo, mas também devido ao surgimento de outros afazeres bem mais consentâneos com a sua condição de homem político. E esta condição de homem de estudo e de leitura está intrinsecamente ligada a todas as ações que empreendeu ao longo da vida. Tanto o seu arquivo como a sua biblioteca – hoje fisicamente separados, mas outrora unidos umbilicalmente e que se constituíam como uma espécie de “gabinete científico”, em dialética constante, – eram o seu espaço privilegiado de reflexão.

Desde cedo, começou a demonstrar uma clara apetência pelo pensamento de vanguarda quando desempenhou o cargo de Presidente da Sociedade dos Amigos do Bem Público de Ponte de Lima, agremiação fundada em 1779 sob os auspícios do arcebispo de Braga D. Gaspar de Bragança, e cujo objetivo era o de promover melhoramentos na agricultura, comércio e indústria limianos. Este fora o pretexto para iniciar uma correspondência com o Duque de Lafões e com o abade Correia da Serra, respectivamente, Presidente e Secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa que havia sido fundada nesse mesmo ano<sup>29</sup>.

Admitido como Sócio correspondente da Academia no momento da sua fundação<sup>30</sup> é nessa qualidade que, em 1788, submete a concurso, sob anonimato, uma tragédia intitulada *Ósmia* que viria a arrecadar o primeiro prémio<sup>31</sup>. Mais tarde, já na condição de Sócio Honorário, *ex-officio* de Ministro e Secretário de Estado, apresentou outras duas Memórias em sessões daquela agremiação: a primeira intitulava-se *Memoria em defeza de Camoens contra Monsieur de la Harpe*<sup>32</sup> na qual defendia o poeta português da imperfeita tradução d’Os Lusíadas que tinha sido empreendida por aquele poeta francês; a segunda memória, apresentada a 22 de Janeiro de 1806, intitulava-se *Memória em defeza de alguns Authores Portuguezes, que escreverão sobre a Ethiopia, (...)* em que atribuía a

<sup>23</sup> Ver Chartier (1992, p. 159-209).

<sup>24</sup> Ver Capela (1991/92, p. 14).

<sup>25</sup> Ver Malafaia (2004, p. 53).

<sup>26</sup> Ver Catálogo dos Livros do Conde da Barca. 1818. BNRJ–Manuscritos, 19,4,4.

<sup>27</sup> Brum (1876, p. 359).

<sup>28</sup> Leite (1962, p. 11).

<sup>29</sup> Araújo (1940, p. 13).

<sup>30</sup> Ayres (1927, p. 121-122).

<sup>31</sup> Gagé (1946).

<sup>32</sup> Foi publicada nas *Memórias de Literatura Portuguesa, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo VII, Lisboa, na Officina da mesma Academia*, p. 5-16.

descoberta da nascente do Nilo aos Jesuítas portugueses conforme comprovava *hũa collecção de manuscritos relativos à Abixinia de que me fez presente o Cavalheiro [Sir Joseph] Banks* que era composta pela *História da Etiópia* do Padre Pêro Paes, por diversos opúsculos do Patriarca Afonso Mendes, do Padre Manuel de Almeida, Manuel Barradas e Tomás de Barros, assim como, pelas carta *annuaes de vários outros jezuitas, que rezidirão na Ethiopia desde o principio até o meio do decimo septimo século*<sup>33</sup>.

Para além das memórias, Araújo dedicou-se ainda à poesia. Durante a carreira diplomática, e mais concretamente na Haia, iniciou a tradução das *Odes* de Horácio<sup>34</sup>, em um projeto que seria retomado durante a prisão na Torre do Templo, mas que jamais seria terminado. E, em Hamburgo, como vimos, foram publicadas a *Ode de Dryden* e as *Odes de Gray* que tinham sido vertida para o português em igual número de versos, e, ainda, a *Tradução da Elegia de Gray, composta no Cemitério de uma igreja d'aldea*<sup>35</sup>. Por outro lado, os assuntos econômicos eram também um dos seus alvos. Nessa temática, vale mencionar que o manuscrito intitulado *Un voyageur contre quatre ou examen des ouvrages suivans (...)* jamais seria terminado<sup>36</sup>.

### 3. A correspondência particular

A correspondência particular do Conde da Barca, como já nos referimos, é composta por um total de 1.900 documentos avulso provenientes de cerca de 490 remetentes, por meio dos quais é possível cartografar as redes de sociabilidade entre Portugal, Brasil e a Europa. Não cabe, dada a economia deste texto, analisar circunstanciadamente as cartas e os seus autores, nem tampouco traçar perfis biográficos e sociológicos, ainda que seja oportuno, mas tão-somente alertar para a existência de uma extensa série documental que permanece, na sua maioria, inédita.

Antes de mais, convém referir que a correspondência (e de certa forma todo o arquivo) é composta por documentos redigidos, transmitidos e conservados não dentro uma “estrutura” condicionada pelas fronteiras políticas dos Estados, ou seja, por uma delimitação física e geográfica, mas sim dentro de um espaço etéreo, quase utópico, como parte integrante de uma efectiva “*République des Lettres*” transnacional, que obedecia aos preceitos do “*Sapere Aude*”, conceito matricial do iluminismo, tão caro ao conde da Barca e aos seus correspondentes, ainda que por eles não fosse admitido com objectividade. O “*ouse saber*”, recuperado por Immanuel Kant<sup>37</sup> dos escritos de Horácio, é a força motriz desta “civilização” que interligou Portugal, Brasil e América entre a segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX.

O ideal de progresso, nesse tempo de charneira, – ainda para mais com as especificidades de Portugal e Brasil – é determinante. A circulação de ideias, a troca de experiências, de materiais, de espécies botânicas e mineralógicas, de novidades literárias e científicas, explicadas e comentadas por via escrita e informal colocam a tônica nessa via de comunicação assíncrona, paralela e complementar aos documentos oficiais, que, por vezes, debruça-se sobre temas e noções de vanguarda de forma mais objetiva do que aqueles. Se os seus efeitos são imediatos para os interlocutores (a aquisição de conhecimento, que a curto prazo será validado através da observação e do empirismo), não o são para as populações. Falamos de uma elite cultural, curiosa, próxima dos círculos do poder, que persegue um fim: o aperfeiçoamento, o melhoramento, o “Bem Comum”, conceito tão caro aos Iluministas, mas que, contudo, tarda em surgir. Outras razões existiram para as barreiras que se elevaram contra o progresso.

Neste acervo, podemos definir vários planos. Em primeiro lugar, o governo da metrópole e os súbditos que, saídos das Invasões Francesas, tentam alcançar o Príncipe Regente, vértice da monarquia patrimonialista, como refere Norbert Elias, por meio dos homens que lhes estão próximos, os seus Ministros, Conselheiros e Secretários. Por esta via, assiste-se a um infindável número de pedidos de remuneração de serviços prestados à coroa, mas

<sup>33</sup> Memória em defesa de alguns Autores Portuguezes, que escreverão sobre a Ethiopia, e particularmente sobre pertencer a Descuberta das origens do Nilo a Individuos, desta Nação Mr. Bruce, Author da viagem em Núbia, e Abissínia (...) ADB/UM-SIFAA/SSC 08.01/SSSSC HL/ DOC. 40,21.

<sup>34</sup> ADB/ UM-SIFAA/ SSC 08. 01/ SSSC HL/ DOC. 41,4.

<sup>35</sup> Silva (1908, p. 88-89).

<sup>36</sup> *Un voyageur contre quatre ou examen des ouvrages suivans: “Etat présent du Portugal” par le General Dumouriez; “Voyage en Portugal” par Mr. Murphy Architect Anglois; “Tableau de Lisbonne”; “Voyage en Portugal” par Mr. Du Chatelet publié par le Citoyen Bourgoing.* ADB/ UM-SIFAA/ SSC. 08. 01/ SSSC HL/ DOC. 41,10 - 41,17.

<sup>37</sup> Kant (1984, p. 153-168).

também à narração das vitórias e derrotas militares, as tentativas de reerguer o reino, através da aplicação de medidas de vanguarda.

Depois, a rede diplomática portuguesa que está presente em vários pontos da Europa, aproveitando as informações trocadas nos contatos pessoais, bebendo a imprensa periódica e contactando intelectuais de vanguarda, livreiros e cientistas. Veja-se, por exemplo, a abundante correspondência de Bernardo José Abrantes e Castro, redator do “Investigador Português”, que informava circunstanciadamente dos avanços e recuos da política na Europa, das novidades literárias e dos percursos dos homens de letras. Dentre os diplomatas, são de realçar o marquês de Marialva, D. Pedro de Meneses, responsável pelos contatos exploratórios que levariam ao Brasil a “Missão Artística Francesa”, com o contributo de Francisco José Maria de Brito, antigo secretário do Conde da Barca e agora diplomata por mérito próprio; tal como o duque de Palmela, embaixador em Roma e, mais tarde, líder da missão portuguesa no Congresso de Viena, que recomenda a António de Araújo, o naturalista alemão Sellow que desenvolve os seus estudos botânicos sob a orientação de Alexander van Humboldt e que pretende realizar uma viagem ao Brasil. Também os estrangeiros, principalmente franceses saídos dos despojos do Bonapartismo, tentaram instalar-se no Brasil, como por exemplo o Conde de Hogendorp, recomendado por Marialva. Ou até portugueses notáveis, que careciam da proteção ou do perdão régio como, por exemplo, Silvestre Pinheiro Ferreira, que vinha apresentar justificações ao Príncipe Regente de uma comissão na Alemanha mal gerida, e que acabaria por publicar as suas “Prelecções Filosóficas”, que o glorificaram como o maior pensador português do início do século XIX, no dizer de Alexandre Herculano.

Mas o grande atrativo da correspondência materializa-se, sobretudo, no conjunto de autores que está localizado fisicamente no Brasil – a grande novidade mundial de meados do século XVIII, muito por força da dinâmica empreendida pela Geografia Descritiva, inaugurada por Alexander Van Humboldt, e pela História Natural, propiciadora das viagens filosóficas. Com a presença da corte, a partir de 1808, o imenso Brasil, até há pouco tempo protegido pelo pacto colonial, passava a ser alvo do interesse dos naturalistas, que pretendiam entrar no território, realizar as suas viagens filosóficas, cartografar o país, descrever a fauna e a flora, representar graficamente por meio de gravuras a talhe doce as espécies encontradas, como se verificou, por exemplo, com o Príncipe Maximiliano de Neuwied, recomendado a António de Araújo pelo Barão de Eschwege (1777-1855), na altura intendente das minas de Minas Gerais, que anunciava que o viajante chegaria encoberto pelo pseudônimo de barão de Braunsberg. Na realidade, o autor de *Pluto Brasiliensis* e do *Journal von Brazilien*, sócio correspondente da Sociedade de Iena, colheu as informações para os cerca de 23 trabalhos que viria a publicar na Alemanha, neste período de permanência no Brasil, trocando amiudadamente impressões com António de Araújo.

Na mesma linha de Eschwege, ou seja, dos servidores da Coroa no Brasil, podemos identificar Manuel Ferreira da Câmara, Intendente da extração dos diamantes de Serro Frio, trocando impressões sobre as investigações de José Vieira do Couto ou à remessa de diamantes para a coleção de Pabst d’Hain, as primeiras fundições do Morro da Serra do Pilar em conjunto com Frederico Luís Varnhagen e, ainda, com Wilhelm Feldner, que, durante 1813, escreveu várias vezes ao Conde da Barca, a partir de Caravelas. Dos estrangeiros, saliente-se também Étienne-Paul Germain, diretor do Real Jardim de Olinda, comentando circunstanciadamente os avanços registados na plantação de novas espécies botânicas.

Na extensa epistolografia de Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, coronel do Real Corpo de Engenheiros e Governador do Ceará, que apesar de ter liderado um governo conflituoso com os oficiais de justiça (Juiz de Fora e o Ouvidor), é possível compreender os bastidores da governação da capitania, a regulação dos corpos políticos e militares, e uma interessante ligação aos meios ilustrados europeus e norte-americanos.

Das capitanias chegavam novidades constantes, seja através dos governadores, seja das elites. Da Bahia, o Conde dos Arcos narrava as novidades botânicas, como a plantação do primeiro salgueiro-chorão no Brasil, e acompanhado Felisberto Caldeira Brant Pontes, grande proprietário, que se dedicou à inovação tecnológica e sua introdução no Brasil. Veja-se, por exemplo, a correspondência sobre a tentativa de resgate de uma máquina vapor, cujo navio que a transportava naufragou, e cujas negociações com a companhia de seguros seriam entabuladas em Londres por João Correia de Paiva, através de António de Araújo de Azevedo.

Tudo aportava ou pretendia aportar no Brasil. E tudo concorria para que, paulatinamente, fossem sendo lançadas as bases do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, formalizado em 1817, e que se constituiria como a arrancada final do Brasil rumo à independência.

## Conclusão

De maneira sucinta e pontual, retratamos a importância do Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, personagem de destaque político e cultural em Portugal e no Brasil. Por meio da apresentação de sua trajetória profissional, pretendemos revelar a aplicação e real exequibilidade de seus ideais ilustrados. A relevância entre Portugal e o Brasil da sua acção, no período em apreço, demonstra o seu pragmatismo tendente a ultrapassar os limites do “saber estéril” em prol do Bem comum.

Ressalta-se a grandeza das influências do Conde da Barca em relação ao estabelecimento da cultura escrita no Brasil ao defini-lo como o responsável por romper com a proibição de trezentos anos ao instituir a primeira tipografia oficial e autorizada em terras brasileiras.

Sua notável erudição foi aqui apontada pela menção de suas áreas de conhecimento, expressas na concretude de sua rica biblioteca e, principalmente, de seus tantos contatos pessoais.

Dessa maneira, destaca-se a pormenorização de seus interlocutores, com quem trocava correspondências constantes, com informações circunstanciadas sobre questões de avultada relevância para o progresso. Além do caráter informativo, o arquivo pessoal do Conde da Barca mostra que esse “Homem de Letras” permanecia a tecer a imbricada rede de sociabilidades que visava ao progresso das ciências e, acima de tudo, ao desenvolvimento económico e sócio-cultural da nação.

Entende-se, pois, que o presente estudo representa “uma oportunidade de observarmos como se constituíam os universos normativos em sociedade durante a Época Moderna e as relações entre escrita [e] memória” (GANDELMAN, 2009, p. 96). Afinal, a cultura escrita deve ser tida como determinante à melhor compreensão do comportamento humano. Essa prática cultural ultrapassa a função de registrar o passado por conduzir a reflexões sobre aspectos contemporâneos de ordem diversa e, sobretudo, por possibilitar que se revisitem aspectos das relações interpessoais de outrora.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Álvaro de Araújo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 255-264.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*. Arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, nº 21, 1998. p. 9-34.
- ARAÚJO, Artur da Cunha. *O Perfil do Conde da Barca*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1940.
- AYRES, Christovam. *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del siglo de oro*. Madrid: Marcial Pons, 2002.
- BRUM, J. Z. Meneses. Do Conde da Barca, de seus escriptos e livraria. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Typ. G. Lenzinger e Filhos, 1876-77, Fascículo n.º 1, p. 5-33; Fascículo n.º 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876, p. 359-403.
- CAPELA, José Viriato. António de Araújo de Azevedo e o Brasil. A importância do arquivo de António de Araújo de Azevedo, 1.º conde da Barca para a história do Brasil no fim do período colonial. *Bracara Augusta*, vol. XLIII, n.º 94/95 (107/108), 1991/1992.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CASTILLO GÓMEZ, António. *La cultura escrita en la larga duración*. São Leopoldo: Unisinos. vol 7, n. 12, 2003.
- CHARTIER, Roger. L'homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. (Org). *L'Homme de Lumières*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- CHAVES, Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos; LAMEGO, Paula Maria Faria; FERNANDES, Paula Sofia da Costa. A contribuição do Arquivo Distrital de Braga para a história do Brasil colonial. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. v. 10, n. 1, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997.
- DIAS, Silva. Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII). *Biblos*, volume XXVIII, Coimbra: Universidade, p. 360, 1953.
- FREITAS, Eugénio de Andreia da Cunha e. *O colégio de S. Lourenço: alguns documentos para a história da Igreja dos Grilos do Porto*. Porto: Livr. Fernando Machado, [s.d.].

- GAGÉ, Jean. António de Araújo de Azevedo. *Auteur d'Osmia*. Coimbra: Coimbra Editora, 1946.
- GANDELMAN, Luciana. Estatutos, visitas, memórias e atas: a construção da norma nos Recolhimentos de Órfãos administrados pelas Misericórdias no século XVIII. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (Org). *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009. p. 95-110.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos Arquivos privados. *Estudos Históricos. Arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 11, nº 21, p. 121-127, 1998.
- GOMES, Joaquim Ferreira. Duas listas de professores: uma elaborada pelo governo do marquês de Pombal e outra pelo de D. Maria I. *Revista de História das Ideias*, [...], vol. 4, tomo II, Porto, p. 43-91, 1982.
- HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- KANT, Immanuel. *Kant e a Resposta à Pergunta O Que São as Luzes*. Edição, apresentação, tradução e notas a cargo de José Esteves Pereira, Cultura, História e Filosofia, vol. III, Lisboa, INIC / Centro de História da Cultura da UNL, 1984.
- LEITE, António Pedro de Sousa. *O Conde da Barca e o seu papel em alguns aspectos das relações culturais de Portugal com a Inglaterra e a Alemanha*. Braga: Separata de Armas e Troféus, 1962.
- MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde. *António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca*. Diplomata e Estadista, 1787-1817. Subsídios Documentais sobre a época e a personalidade, [s.l.], A.D.B./ U. M., 2004.
- MARTINS, Fausto Sanches. *O colégio de S. Lourenço: 1560-1774*. Porto: Universidade do Porto, 1986.
- RIBEIRO, José Silvestre. *História dos Estabelecimentos científicos, literários e artísticos*. sd. vol. 1. Tomo I. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1871.
- RODRIGUES, Abel. *Entre o Público e o Privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*. Dissertação (Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea), Braga: Universidade do Minho, 2008.
- \_\_\_\_\_. O Arquivo do conde da Barca: Mnemosine de um Ilustrado. In: CUNHA, José Anastácio da. *O Tempo, as Ideias, a Obra e...Os Inéditos*. Vol. I, Braga: ADB/UM, CMAT, CMUP, 2006.
- \_\_\_\_\_. A colecção de gravuras do Arquivo Distrital de Braga: Estudo e Catálogo. *FORUM*, Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2004.
- \_\_\_\_\_. O Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá. In: Actas do 1º Congresso Internacional A Casa Nobre: Um Património para o Futuro. Município de Arcos de Valdevez: Arcos de Valdevez, 2007.
- SANTOS, Eugénio dos. *O Oratório no Norte de Portugal*. Contribuição para o estudo da história religiosa e social, Porto: INIC, 1982.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo XIX, 1908.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. A erudição ilustrada de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-77) e a passagem da historiografia das belas artes à história nacional: breve análise histórica. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 114-138.
- STOCKLER, Francisco Borja Garção. *Elogio Histórico de Pascoal de Mello Freire dos Reis*. Lisboa: Typ. da Academia R. das Sciencias, 1799.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Libertinagens e livros libertinos no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Org). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 523-563.